

S  
UFRJ/IEI  
TD217

034056-1

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 217

POLÍTICA INDUSTRIAL PARA SETORES  
TRADICIONAIS: O CASO DO COMPLEXO  
TÊXTIL BRASILEIRO

Victor Prochnik  
Marcos de Barros Lisboa  
Outubro/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



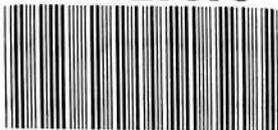
POLÍTICA INDUSTRIAL PARA SETORES TRADICIONAIS:  
O CASO DO COMPLEXO TÊXTIL BRASILEIRO (\*)

Victor Prochnik

Marcos de Barros Lisboa

Outubro/1989

**430027675**



(\*) Trabalho realizado sob os auspícios do PRE-ALC/OIT. Os autores agradecem a Álvaro Garcia.

**anpec**  
INSTITUTO NACIONAL DE  
CENTRO DE PESQUISAS  
ECONÔMICAS

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO  
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC  
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PESQUISA ECONÔMICA

UFRJ  
BIBLIOTECA  
Data: 17 / 04 / 90  
N.º Registro: 034056-1

S  
UFRJ/IEI

TD 217

US 8844L

FICHA CATALOGRÁFICA

Prochnik, Victor

Política industrial para setores tradicionais: o caso do complexo têxtil brasileiro/ Victor Prochnik e Marcos de Barros Lisboa. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

3lp.; 21cm — (Texto para Discussão IEI/UFRJ; n. 217).

Bibliografia: p. 28-29.

1, Brasil - Política Industrial. 2. Indústria Têxtil - Brasil. I. Lisboa, Marcos de Barros.II. Título. III, Série.

I INTRODUÇÃO

Este artigo debate tópicos de política industrial, sintetizando os resultados de uma pesquisa sobre o Complexo Têxtil (CT) brasileiro - ver Prochnik e Lisboa (1989). Procura-se discutir, em particular, o papel dos salários baixos e dos incentivos e subsídios às empresas - a chamada competitividade espúria. As conclusões sugerem modificações na política industrial que, se adotadas, poderiam melhorar a competitividade das indústrias que compõem o CT brasileiro.

Uma queda dos salários e/ou um aumento dos subsídios tem, como efeito direto, a curto prazo, uma diminuição dos custos de produção, facilitando, por exemplo, as exportações. É necessário, entretanto, avaliar também a sua influência indireta, principalmente sobre a magnitude dos investimentos e a sua distribuição no tempo.

Quanto aos subsídios ao capital, é visto, nas próximas seções, que, no Brasil, a concessão de incentivos é pró-cíclica. Por isto, ela tende a impedir não só a operação de outros mecanismos indutores do investimento, entre os quais a disponibilidade de equipamento

mais eficiente, como, também, dificulta a ocorrência de ciclos mais suaves. A vigência contínua dos incentivos eliminaria esta crítica, mas também é visto que os incentivos fiscais são menos eficientes do que outra opção, o crédito industrial. Para esta opção, interessa manter uma oferta de recursos relativamente estável, evitando a "reserva de mercado", que se cria através da concessão pró-cíclica de benefícios ao investimento.

No mesmo sentido, também é sugerido que os salários baixos tem efeitos negativos sobre o grau de modernização da estrutura industrial. Um dos efeitos da sua ampliação poderia ser um maior incentivo à substituição de equipamentos antigos, melhorando o perfil tecnológico do complexo. (cabe sublinhar a importância da substituição de bens de capital na formação do investimento global, em um parque industrial das dimensões do brasileiro, no qual a dinâmica do crescimento caracterizada pela sucessiva emergência de novos setores já se esgotou).

Assim, a quantificação da relevância dos salários baixos e dos incentivos fiscais deve levar em consideração não só o seu efeito direto, presente nas estruturas de custo, como, também, o seu efeito indireto, através do seu impacto sobre o investimento e a sua distribuição no tempo.

Não parece ser necessário tentar fazer um cálculo exato. A tendência do progresso técnico, a nível internacional, é de valorizar a eficiência produtiva, diminuindo, cada vez mais, a importância dos baixos salários e dos incentivos. A conclusão, portanto,

aponta para a necessidade de eliminação dos incentivos e de aumento dos salários.

Dentro desta visão, outras ações de política industrial passam a ser importantes para alcançar os objetivos pretendidos (ampliar a competitividade do parque instalado e buscar formas de aumentar o investimento e de repassar os ganhos de produtividade). Os tópicos abordados no texto a seguir envolvem estes três pontos, os efeitos indiretos dos incentivos e dos salários e as modificações necessárias na política industrial.

## II O COMPLEXO TEXTIL BRASILEIRO

Esta seção apresenta uma visão geral do CT brasileiro e dos seus setores. O gráfico I mostra o CT, conforme a delimitação de complexos feita sobre a Matriz de Relações Interindustriais de 1975 - ver Haguenauer et alii (1984).

O CT foi composto pelos seguintes setores: beneficiamento de fibras naturais, fiação e tecelagem de fibras sintéticas, fiação e tecelagem de fibras naturais, outras indústrias têxteis, malharias e confecções (indústria do vestuário). A representação do CT, apresentada no gráfico I, mostra estes setores e os seus principais fornecedores, destacando os fluxos de compra e venda entre eles.

No gráfico, os setores que compõem o complexo estão unidos por linhas cheias. As linhas pontilhadas unem setores de complexos diferentes que, não obstante, mantêm estreita ligação, em termos de compras e/ou vendas com o CT. No gráfico, aparecem, entre estes, as principais matérias-primas do CT, provenientes do complexo químico -

setor de resinas, fibras artificiais e elastômeros - e do complexo agroindustrial - setor de agropecuária não especializada -, fonte das matérias-primas agrícolas, entre as quais se destaca o algodão.

Continuando a explicar o gráfico I, os valores dentro de cada retângulo referem-se às compras de insumos correntes (números à esquerda) e às vendas para uso intermediário (números à direita). Os valores em cima das linhas de união medem as compras ou vendas entre os setores. A unidade é sempre Cr\$ bilhões de 1975. Os demais complexos e a metodologia de estimação utilizadas são apresentadas em Haguenauer et alli (1984).

A estrutura geral do CT pode ser compreendida a partir do gráfico I. A principal indústria final é a do vestuário, para a qual convergem os insumos das demais. Os setores Outras Indústrias Têxteis e Malharias também destinam uma parcela substancial das suas vendas para demanda final (tanto que as suas compras de insumos correntes, número à esquerda nos retângulos, respectivamente 6,5 e 1,8, são menores do que as suas vendas para consumo intermediário, respectivamente 3,1 e 1,1).

Os dois setores de fiação e tecelagem, assim como o de beneficiamento de fibras naturais, formam a base do complexo. As ligações estreitas, tanto com o complexo agroindustrial como com o complexo químico, mostram um aspecto da tecnologia do complexo, a concorrência das matérias-primas de origem natural com as de origem química. O processo de substituição de fibras naturais por artificiais não é abordado, uma vez que as estatísticas disponíveis indicam que, nesta

década, a participação de ambos os tipos de insumos têm se mantido aproximadamente constante.

A participação do CT, no produto industrial (indústria e construção civil) foi, em 1985, em torno de 7,9% - estimativa aproximada, feita a partir da estrutura de ponderação apresentada em IBGE (1988) e da participação da construção civil no produto interno. Dentro do CT, aproximadamente 65% do valor agregado é gerado nas etapas de beneficiamento, fiação e tecelagem e os 35% restantes resultam da atividade nos setores de malharias e confecções.

Questões relacionadas com a dinâmica internacional do CT - evolução do progresso técnico, modificações nos fluxos de comércio, etc. tem se mostrado muito importante. Por esta razão, a análise do complexo inicia-se, na próxima seção, pela menção à inserção internacional do CT brasileiro.

### III PERSPECTIVAS PARA O BRASIL NO PANORAMA INTERNACIONAL

O estudo de Hoffman (1985) para a indústria de confecções, tendo em vista os esforços que os países desenvolvidos (PD) estão empregando para ampliar a sua competitividade, sugere que os anos atuais formam uma espécie de hiato, durante o qual as perspectivas de sucesso completo nas iniciativas dos PD, de retomar a liderança na liderança do setor ainda não se materializaram. Aos países em desenvolvimento (PED) cabe aproveitar esta fase, através de medidas capazes de impedir que a sua posição relativa, no comércio mundial, seja comprometida.

A opinião do autor citado, com alguma cautela, pode ser generalizada para os demais setores do CT. Na medida em que o custo operacional da produção com equipamentos novos passe a ser uma função da eficiência na produção - qualidade da matéria-prima, experiência, manutenção, etc. - e, não mais, do salário, os PD irão recuperando a sua vantagem competitiva. Este já é o caso dos equipamentos mais recentes na área de fiação e, proximamente, poderá, também, ocorrer nas fases de tecelagem plana e malharia.

A adoção de sistemas de produção que envolvem empresas de vários setores consecutivos sobre a cadeia produtiva, como o **Quick-Response**, amplia as margens de competitividade dos PD. Ao contrário das máquinas, equipamentos que podem ser compradas por qualquer interessado, estes sistemas requerem uma infraestrutura tecnológica muito desenvolvida, encontrada, com muito mais frequência, nos PD. Não basta, portanto, que o conjunto de empresas interessado em implantá-lo possua o **know-how** necessário para operá-lo.

Mas as piores ameaças de perda de competitividade, mesmo se totalmente verdadeiras, demorarão a se materializar. A existência de um grande parque industrial instalado em todo o mundo e as resistências, também gerais, a mudanças, indicam que deve passar algum tempo antes de que a situação atual se modifique substancialmente. Consequentemente, fica mais provável a hipótese de Hoffman (1985), de que estamos atravessando um hiato durante o qual os PD ainda não retomaram a liderança no crescimento do comércio.

( As tendências internacionais, entretanto, são bastante claras, apontando para a necessidade de modernização no perfil tecnológico

da indústria nacional. Nesta tarefa, a evolução recente sugere uma modificação geral na orientação da política tecnológica. É preciso encontrar formas de estimular os complexos industriais como um todo e a infra-estrutura tecnológica que os cerca e, não mais, apenas as empresas consideradas individualmente. De fato, a maior importância dos fluxos de tecnologia e a consequente ampliação da interdependência econômica sugerem esta reorientação. )

Cabe observar, também, que uma maior dependência em relação ao mercado externo pode constituir-se em uma atitude de alto risco, dadas a possibilidade de retaliação comercial por parte dos PD e o rápido desenvolvimento tecnológico dos principais concorrentes. O crescimento econômico dos PD, nos últimos anos, facilitou ao Brasil a obtenção de saldos comerciais. Quando houver uma inversão da tendência atual, os mercados externos devem se estreitar, com consequências negativas para as exportações brasileiras.

Argumentos similares são válidos para as empresas tomadas individualmente. O risco é maior quando uma grande parte da produção é exportada, o que ocorre automaticamente no caso das firmas situadas nas Zonas de Processamento de Exportações.

( A competitividade do CT brasileiro está relacionada, em parte, a fatores "espúrios" e, em parte, à eficiência industrial e comercial de muitas das empresas do CT. Quanto aos primeiros, foram vistos, no trabalho original, a importância dos subsídios e incentivos, presentes em diversas etapas do processo produtivo, do sistema de cotas instituído pelos Acordos Multifibras e dos baixos salários pagos na nossa economia para as exportações brasileiras. )

Por exemplo, no ano favorável de 1986, 65% dos empregados do setor têxtil, 85% dos empregados do setor de confecções e calçados e 60% dos 20 milhões de empregados em toda a economia ganhavam três ou menos salários mínimos - Anuário RAIS -, não se considerando os 1,6 milhões de empregados de rendimento não declarado. O salário mínimo, por sua vez, declinou na década, de 138 dólares, em 1980, para 54, em 1988.

(Constata-se também a existência de muitas empresas que adotam técnicas modernas e são integradas verticalmente, diminuindo a influência de fornecedores menos capazes. O ciclo de investimentos no CT, que começou em 1985, está ampliando a parcela moderna do complexo.) A questão relevante, portanto, é sobre as medidas de política econômica que podem vir a ampliar este movimento.

Os riscos envolvidos na continuidade das tendências internacionais devem ser contrabalançados através da busca de formas de ampliar a competitividade do CT dentro do paradigma que se desenha. Como visto (seções II.4 e II.5 do trabalho original), os ciclos de investimento, que ocorrem em função de uma conjuntura interna favorável, criam uma capacidade produtiva que também é capaz de conquistar parcelas do mercado internacional. Esta propriedade, entretanto, é efêmera, uma vez que a demora, até um novo ciclo, diminui a competitividade brasileira. A relevância dos ciclos de investimento e o interesse em suavizar a sua ocorrência - distribuir melhor o investimento no tempo - são argumentos a favor da política industrial permanente, proposta nas próximas conclusões.

Outra constatação refere-se a possibilidade de manejo do saldo comercial a curto prazo. Na ocorrência de uma crise de divisas, por exemplo, o CT pode aumentar a sua colaboração se o mercado interno é "desaquecido" - ver tabela I. Dadas as conclusões imediatamente anteriores, é necessário levar em consideração que este trade-off só opera a contento durante alguns anos após o último ciclo de investimentos - a sua duração adicional depende dos incentivos concedidos, do mercado internacional, etc.. Fica, novamente, reforçada, a necessidade de manter uma indústria competitiva.

TABELA I

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E  
DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS TEXTEIS  
NA DÉCADA DE OITENTA

ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
TAXAS DE CRESCIMENTO									
PIB	9,1	-3,1	1,1	-2,8	5,7	8,4	8,0	2,9	-0,3
EXPORT.	nd	2,3	-20,2	25,3	39,3	-19,7	-4,7	22,6	14,5

Fontes: PIB, 1980/87: Contas Nacionais Consolidadas, Indicadores IBGE, v 7, n. 6, junho de 1988. PIB, 1988: estimativa preliminar, IBGE. Exportações têxteis - Carta Têxtil, 1988

#### IV A IMPOSSIBILIDADE DE PLANEJAR A LONGO PRAZO

A demonstração de que esta forma de planejamento não é necessária, decorre da análise dos fatores que influenciam o investimento agregado no CT e das observações sobre as características estruturais dos seus setores. (O crescimento do CT depende da expansão do emprego e do crescimento da renda e da sua distribuição, assim como da elasticidade-renda do consumo.)

Por estas razões, as projeções do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), para diferentes cenários futuros de evolução do PIB, chegam a resultados completamente dispares entre si. De fato, na hipótese de crescimento médio anual de 7%, o custo dos investimentos necessários para acompanhar o crescimento do consumo e substituir as máquinas obsoletas, entre os anos de 1986 e 2.000, foi estimado em 9,39 bilhões de dólares. Em um cenário de crescimento mais lento -3,5% ao ano -, com índices de reposição de equipamentos menores, o montante de recursos é de 5,7 bilhões de dólares.

Assim, a enorme variância dos resultados obtidos pela pesquisa IPT não permite concordar com a adoção de projeções que envolvam prazos tão longos, como base de uma política específica de financiamento e isenção tributária para o complexo. Com efeito, na hipótese de que a estimativa de crescimento, por exemplo, seja superior ao que efetivamente ocorra, verificar-se-á uma excessiva expansão da capacidade produtiva frente a demanda, resultando em níveis não planejados de capacidade ociosa. No caso contrário, os recursos alocados serão insuficientes, facilitando a existência, na prática, de uma "reserva de mercado", por causa da importância que a diminuição dos preços dos bens de capital tem sobre a competitividade das empresas.

A observação de outras características das indústrias do complexo ajuda a conceber uma proposta alternativa. (No CT, o ajuste do estoque de capital ao crescimento da demanda é relativamente rápido e "suave". O processo de crescimento não apresenta, em princípio, razões para a ocorrência de descontinuidades, porque o acréscimo à

capacidade total pode ser feito pela mera justaposição de equipamentos novos ao lado de máquinas antigas. O curto prazo necessário para esta operação, por sua vez, explica a rapidez com que a oferta dos setores pode se adaptar ao crescimento do consumo.)

Assim, em resumo, não só não é possível estabelecer uma política de longo prazo, como, também, não parece ser necessário. Mais adequado seria a proposta de uma política de incentivo ao investimento em modernização e ampliação da capacidade produtiva que viabilizasse a expansão da capacidade produtiva quando do aumento da demanda.

A desvantagem de uma política deste tipo poderia ser o relativo retardo do ajuste do estoque de capital em relação às variações na demanda. Este último ponto, porém, não parece tão sério no caso do CT, na medida em que uma das características deste complexo é o relativo curto período de tempo entre a decisão de investir e o início do processo de produção.)

Duas alternativas, que não se excluem, poderiam amenizar esta possível consequência negativa. A primeira é a realização de exercícios de projeção de curto prazo. Um acompanhamento mais permanente poderia não só evitar a ocorrência de gargalos como, também, levar à adoção de medidas provisórias enquanto estes estrangulamentos não são resolvidos.

Uma opção, dentro desta linha, é a possibilidade de flexibilizar as importações. Foi visto, por exemplo, que os preços do vestuário estão entre os primeiros a violar as políticas de estabilização, contribuindo para um retorno mais rápido da inflação. E acon-

selhável, portanto, em casos como estes, uma queda temporária das tarifas de importação. A fixação de um prazo para o fim da medida auxiliaria a manter favoráveis as expectativas de prováveis investidores.

A segunda alternativa consiste na adoção de medidas que procurem amenizar as fortes flutuações cíclicas do investimento no CI. De fato, como visto no texto deste trabalho, as causas das flutuações observadas não parecem estar apenas nos descompassos temporários entre oferta e demanda. Este aspecto é analisado a seguir.

#### V A POLÍTICA INDUSTRIAL PERMANENTE COMO FORMA DE AMENIZAR OS CICLOS DE INVESTIMENTO

Até o presente, o complexo têxtil brasileiro desenvolveu-se através de ciclos de investimento acentuados - ver tabelas II e III. Esta dinâmica reflete, em parte, as expectativas quanto às

TABELA II

#### IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS TEXTEIS - 1941/1960 (toneladas e valores correntes)

ANO	TONS	U.S. \$1000	ANO	TONS	U.S. \$1000
1941	3.138	1.844	1951	26.912	48.949
1942	2.397	1.854	1952	31.107	53.499
1943	1.030	1.142	1953	14.722	24.436
1944	794	1.021	1954	10.357	19.195
1945	26.021	19.868	1955	8.290	15.422
1946	6.205	6.922	1956	6.785	10.896
1947	15.697	22.552	1957	4.759	8.954
1948	18.265	28.939	1958	5.377	9.120
1949	19.573	30.615	1959	4.585	7.998
1950	15.356	25.314	1960	4.344	7.648

Fonte: Versiani (1971)

oscilações do poder aquisitivo da população e, em parte, o comportamento pró-cíclico da política industrial do governo e outros fatores.

No pós-guerra, a importação de máquinas têxteis foi feita praticamente sem restrições cambiais até 1947. Com a exaustão das reservas nacionais, um sistema de licenciamento das importações foi implantado pelo governo em 1947. Neste processo, as importações de máquinas têxteis foram situadas em uma das categorias prioritárias, permitindo a continuidade do ciclo de investimento.

Como a taxa de câmbio estava fixa em 18,5 cruzeiros por dólar desde 1939, a inflação em cruzeiros, ao diminuir o preço das máquinas, era um fator a mais a incentivar o investimento. Durante o ano de 1953, entretanto, a política cambial foi modificada e a nova taxa de câmbio para importações de máquinas foi cotada em 36,7 cruzeiros por dólar. O custo do investimento em novas instalações, portanto, aumentou muito, desincentivando a continuidade do ciclo.

Um novo ciclo de investimentos no setor têxtil ocorreu a partir de meados da década de sessenta. A tabela III mostra as importações de máquinas têxteis a partir de 1970, quando o consumo de produtos do complexo já aumentava rapidamente.

Para o declínio deste ciclo de investimentos, contribuíram não só a queda das expectativas de rentabilidade como, também, as medidas governamentais, que passaram a favorecer outras prioridades. De fato, observa-se, novamente, que a política do governo para o setor

TABELA III

IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS TEXTEIS 1970/1987  
(milhões de dólares de 1987)

ano	valor	ano	valor
1970	176.576	1976	337.793
1971	242.277	1977	200.669
1972	340.027	1978	222.372
1973	404.508	1979	239.758
1974	491.150	1980	253.406
1975	550.094	1981	151.954

fonte: Carta Têxtil de 1988, SFTG/SP

têxtil foi, novamente, pró-cíclica. Após 1973, os incentivos fiscais e creditícios decrescem e, após 1979, só subsistem os incentivos relacionados à exportação.

Os ciclos prejudicam muito a produção interna de bens de capital, uma vez que geram, para este setor, períodos de recessão, durante os quais não há demanda para os equipamentos e períodos de auge, em que todas as empresas desejam investir ao mesmo tempo, pressionando por um maior volume de importações. As empresas que produzem bens de capital não tem incentivo para manter um programa contínuo de modernização, dado o grau de imprevisibilidade do comportamento da demanda. A tabela IV mostra os gastos com máquinas na década de oitenta, agora agregando também a produção interna de bens de capital.

Tanto na década de cinquenta, como na de setenta, observou-se que os ciclos de investimento declinaram quando o governo retirou as facilidades concedidas para a aquisição de novos bens de capital. O trabalho de Versiani (1971) ajuda a explicar este aspecto. No setor têxtil, o preço de aquisição das máquinas é uma variável fundamental no processo de concorrência. Os incentivos a sua compra, portanto,

tem grande impacto sobre a decisão de investimento e a retirada destes incentivos acaba por criar uma espécie de reserva de mercado para os que investiram no período mais favorável.

TABELA IV

GASTOS EM MAQUINAS E EQUIFAMENTOS TEXTEIS NA  
DECADA DE OITENTA  
(milhões de dólares de 1987)

ANO	INDICE	TOTAL (A+B)	PRODUÇ.	
			NACION. (A)	IMPORTAÇÕES (B)
1980	100	360.693	107.286	253.406
1981	64	229.647	77.694	151.954
1982	48	174.161	62.061	112.101
1983	32	116.361	55.320	61.041
1984	23	83.684	51.617	32.067
1985	35	127.065	71.011	56.054
1986	81	293.760	152.819	140.941
1987	96	347.429	208.500	138.929

Fontes: importações - Carta Têxtil de 1988, SFTG/SP  
produção nacional - ABIMAQ/SINDIMAQ, citado em Gortopassi (1988)

O mesmo fator opera quando existe uma percepção de que o complexo precisa se reequipar, porque uma das causas do retardo dos novos investimentos é a expectativa dos empresários sobre a concessão próxima de incentivos para a compra de máquinas novas. A população é muito prejudicada por esta espera, uma vez que a falta de novos investimentos permite um aquecimento dos mercados e a prática de preços mais elevados.

É necessário, portanto, evitar a prática da política de incentivos pró-cíclica. Os empecilhos para fazê-lo, entretanto, não são apenas de ordem técnica, mas, também, política, uma vez que a forma de ação aqui condenada é apoiada pelas associações empresariais.

Caso implantada, uma política industrial permanente poderia amenizar a força dos ciclos, e, neste sentido, melhorar as condições de operação da indústria de bens de capital. Na medida em que os incentivos oferecidos deixassem de ter a influência que tem no presente, outros fatores, entre os quais a estrutura de oferta do setor de bens de capital, ampliariam a sua importância.

Neste panorama, o lançamento de uma nova geração de máquinas, por exemplo, poderia estimular mais o investimento. Tornar-se-ia possível uma política industrial visando o desenvolvimento dos setores produtores de máquinas, principalmente as inovadoras. Desta maneira, os efeitos aceleradores do investimento e multiplicadores do emprego poderiam ser endogeneizados pela economia brasileira.

Além disso, aumentos das exportações e redução das importações passariam a ser, assim, objetivos complementares. Uma expansão da produção de máquinas para o setor têxtil alivia a pressão para a importação de bens de capital ao mesmo tempo em que, ao modernizar a estrutura industrial gera ganhos de competitividade, possibilitando o aumento das exportações.

#### VI O CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA INDUSTRIAL

Como se sabe, a partir de 1988 entrou em vigor, no Brasil, uma nova legislação sobre política industrial. Os benefícios concedidos pela nova política industrial são, basicamente, incentivos de natureza fiscal. Eles se somam, para o caso das regiões Norte e Nordeste, com outros incentivos da mesma natureza geral.

Deve apontar, em primeiro lugar, que a concessão de incentivos na forma de redução de tarifas de importação, como são muitos dos incentivos presentes na nova legislação, conflita com a política tarifária do mesmo governo. Isto porque a direção geral da política tarifária é a de diminuir as alíquotas e evitar a concessão de tarifas especiais, cujo elevado número impedia a transparência do sistema. De fato, o cálculo da alíquota e da proteção efetiva concedida aos produtos nacionais havia se tornado praticamente impossível de ser feito. A nova legislação de política industrial, ao criar novas exceções e regras para casos particulares, percorre o caminho inverso ao preconizado na política tarifária.

A isenção fiscal pode sofrer, ainda, outras críticas, em particular se comparada com outra alternativa, preferida pelos autores, a da concessão de crédito bancário. Três razões, pelo menos, explicam esta preferência. Em primeiro lugar porque a história econômica recente do Brasil mostra que é mais fácil dar incentivos e isenções fiscais do que tirá-los. Em segundo lugar, porque a concessão de crédito bancário é de mais fácil controle do que a dos incentivos. Por último, o crédito incide sobre a ação que se deseja incentivar, o investimento, enquanto que a incidência da isenção, muitas vezes, é indireta, alcançando receitas futuras, lucros, etc.

O crédito, portanto, é uma ferramenta mais flexível, mais fácil de controlar e mais eficiente do que os incentivos. No Brasil, entretanto, uma política de crédito industrial é dificultada pelo alto patamar das taxas de juros. Os incentivos, por sua vez, são atualmente preferidos pelos diversos segmentos, dado que, no pleito pelo apoio do governo, em uma situação de crise fiscal, é mais interes-

sante e mais fácil obter a isenção de contribuições devidas do que disputar recursos escassos. De fato, um dos responsáveis pelo desenho da política industrial recente, amplamente dependente da concessão de incentivos, declarou, a estes autores, que o recurso a este mecanismo foi o único possível na situação fiscal por que passa o país.

#### VII A FORMULAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DO PLANO SETORIAL INTEGRADO PARA A CADEIA TEXTIL

A nova política industrial brasileira usa o conceito de cadeia produtiva, denominado de "setor integrado", facilitando a abordagem dos problemas relacionados à interdependência entre os setores. A análise por cadeia produtiva permite uma interpretação mais precisa das metas propostas, através da agregação dos dados da cadeia produtiva. Mais importante, talvez, é a possibilidade de selecionar as questões mais relevantes, uma vez que a idéia de complexo industrial envolve, necessariamente, a consideração das assimetrias e hierarquias que estão por trás da interdependência entre os setores - ver sobre este tópico, que não pode ser convenientemente desenvolvido neste trabalho, o estudo de Erber (1987).

A primeira cadeia produtiva a ser enquadrada na legislação recente foi a do CT. Entre outras observações possíveis sobre a fase de elaboração da proposta governamental, cabe questionar a ausência de representantes do Ministério do Trabalho e de instituições da sociedade civil não pertencentes ao empresariado, tais como Universidades, Sindicatos ou grupos de defesa dos consumidores.

Tão importante quanto a fase de confecção é a fase de acompanhamento. Sobre esta última, o decreto prevê a "definição de sistema de acompanhamento e avaliação da sua execução e de seus impactos econômicos, tecnológicos e fiscais, explicitando a forma de participação dos agentes envolvidos, em particular produtores e principais consumidores ou usuários."

Observa-se, portanto, que, também nesta fase, é necessária uma participação ampla, devendo, também, ser montada uma sistemática de acompanhamento. Sobre esta última, o Prof. Lúcio Tenam, especialista na indústria têxtil, entrevistado pelos autores, citou alguns exemplos de sistemas de análise da produtividade, aplicados em diversos países. Ressalta, nestes sistemas, a sua relativa complexidade, o que sugere a recomendação de que estudos para a montagem de uma versão nacional sejam iniciados com brevidade. Um modelo simplificado poderia ser adotado no primeiro e, possivelmente, segundo ano de vigência do PSI, enquanto o modelo completo estivesse sendo desenvolvido.

Na medida em que os setores do CT são classificados como consumidores de tecnologia - ver Erber (1987) -, é importante reforçar as suas fontes externas de tecnologia, o que pode ser feito a partir do plano governamental. Tendo já destacado a relevância dos equipamentos, cabe mencionar a importância de outras instâncias, entre as quais o sistema de normalização industrial, área em que existe um trabalho inicial carente de apoio, sistemas de difusão de informação, escolas técnicas, institutos de pesquisa industrial, etc..

Entre os sistemas de difusão de informação, ressalta-se a importância de facilitar às empresas o acesso às novas técnicas de organização administrativas - ver Frochnik (1989). Neste sentido, merecem apoio algumas iniciativas isoladas, entre as quais a da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do próprio Ministério da Indústria e Comércio.

#### VIII O IMPACTO DE UMA REDISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA SOBRE O CONSUMO DE PRODUTOS TEXTEIS

O impacto de uma redistribuição equitativa da renda sobre o crescimento industrial é um dos assuntos presentemente em debate, cabendo, portanto, examinar o seu efeito no caso do CT. Curiosamente, as propensões a consumir produtos têxteis são, no Brasil, relativamente semelhantes para as diferentes classes de renda, indicando que uma redistribuição equitativa da renda não teria efeito sobre o consumo destes produtos - ver Bonelli e Cunha (1983).

Um estudo mais recente, entretanto, mostra que as estatísticas de renda usuais refletem, em grande parte, apenas as rendas provenientes do trabalho - ABEP (1987). No Censo Demográfico de 1980, a renda domiciliar é calculada através da soma das respostas a diversos quesitos - são perguntados, separadamente, os montantes provenientes do trabalho autônomo, assalariado, aposentadorias, juros, lucros, etc.. Os autores deste último estudo observaram que, da renda total declarada, 90% era proveniente dos quesitos relacionados a rendimentos do trabalho.

Particularmente em um país, como o Brasil, no qual a distribuição funcional da renda é tão assimétrica, a não consideração dos

ganhos de capital implica em forte subestimativa das rendas das classes mais ricas, distorcendo, para mais, as propensões a consumir estimadas para estas classes. Esta deficiência dos dados disponíveis leva a supor que uma redistribuição da renda funcional, favorável aos salários, pode ampliar consideravelmente o consumo de produtos do CT.

A situação favorável dos balanços empresariais, por sua vez, chama a atenção de diversos analistas - ver ENDES (1986), Almeida e Ortega (1987) e Faria (1988). A constatação da liquidez financeira generalizada nos meios empresariais, associada à verificação do nível baixo dos investimentos produtivos, pode levar à proposição de políticas para um uso mais útil dos recursos excedentes, entre os quais a redistribuição equitativa mencionada. Mas a exequibilidade de uma transferência de renda deste teor envolve considerações sobre variáveis de natureza política e hipóteses sobre a reação de agentes econômicos, tais como sobre o comportamento dos empresários, de difícil avaliação.

#### IX POLÍTICAS PARA AMPLIAR A RENOVACÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

Resta debater uma dimensão do processo de modernização, o da extensão da reposição das máquinas presentemente em operação. Este é um tópico importante porque interessa ampliar a renovação técnica para possibilitar uma maior queda de preços, estimular o crescimento através de um maior volume de investimento e aumentar a competitividade da economia brasileira.

Questões relativas à substituição de bens de capital não eram tão importantes no período de industrialização caracterizado pela

"substituição de importações". Agora, tendo em vista o diagnóstico de que a estrutura industrial brasileira está completa - ver Erber et alli (1984) -, a extensão do sucateamento de bens de capital e da sua renovação passam a ser variáveis relevantes na determinação do nível global de investimento.

A forte influência quantitativa que a extensão da reposição de equipamentos obsoletos tem sobre o volume de investimento e a desatualização tecnológica atual também mostram a relevância do problema. O estudo mencionado do IPT - IPT (1988) - estima que, na hipótese mais otimista de crescimento anual do produto (7% ao ano), os investimentos totais de 9,4 bilhões de dólares para o setor têxtil (fiacção, tecelagem e acabamento) podem ser subdivididos em 6,3 bilhões de dólares destinados a atender ao crescimento da demanda, 2,2 para a substituição de máquinas e o resto para instrumentos de controle de qualidade e para peças de reposição. Na hipótes de crescimento médio anual de 3,5%, o investimento total é de 6,8 bilhões de dólares, sendo 4,0 para a expansão de capacidade e 2,1 para reposição.

E verdade que as estimativas acima não levam em conta as obras civis, que ampliam o investimento requerido para aumentar a capacidade. Mas a reposição de máquinas antigas também requer instalações melhores e as estimativas acima não consideram nenhuma forma de pressão adicional para uma renovação mais intensa, sendo, em função dos dados conhecidos sobre a idade média do parque nacional, bastante conservadoras - ver a tabela V, cujos dados foram divulgados posteriormente à confecção do estudo do IPT. A tabela apresenta estatísticas referentes aos principais modelos de

máquinas, levantadas em um recenseamento, promovido pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil, que pesquisou 3.049 empresas das, segundo o Conselho, 3.899 existentes no Brasil.

TABELA V

QUANTIDADE EM OPERAÇÃO E IDADE MÉDIA DOS PRINCIPAIS MODELOS DE MÁQUINAS PARA OS SETORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM, MALHARIAS E CONFECÇÕES EM 1986

SETOR	MODELO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA
FIAÇÃO	Filatórios a anel	22.131 com 8.598.493 fusos	19
	Filatórios a rotor	790 com 130.532 rotores	9
TECELAGEM	Lançadeira	145.688	21
	Pinça	11.565	12
	Projêtil e jatos de ar	6250 e 855	10 e 4
MALHARIAS	Circulares	6.959	11
	Retilineas	3.878	8
	Kettenstul	10.048	6
	Raschel	4.146	6
CONFECÇÕES	Costura reta	17.686	13
	Circulares para meias	12.846	24
	Overloques	12.195	12

Fonte: Levantamento Estrutural e Conjuntural da Indústria Têxtil Brasileira - 1986, Conselho Nacional da Indústria Têxtil.

A seguir, procura-se mostrar formas de alterar este quadro, comparando duas propostas para ampliar a modernização do parque industrial, a de redução da proteção da indústria - ver, por exemplo, Bonelli e Guimarães (1988) - e a de aumento dos salários reais - ver Tauille (1989).

Freliminarmente, cabe observar, sobre esta última, que o aumento dos salários é justo em si. Aqui, entretanto, são mencionados apenas algumas das consequências de um possível aumento dos salários reais sobre a extensão do investimento. Em particular,

procura-se contrastar esta proposta com a outra proposição, que tem encontrado grande ressonância no debate atual.

Segundo os proponentes da diminuição das tarifas e da eliminação das barreiras não tarifárias, esta medida pressionaria as empresas brasileiras a investirem em novas tecnologias, para evitar a perda dos seus mercados para os concorrentes estrangeiros. Ocorreria uma "seleção natural", com a extinção da produção, no Brasil, dos produtos em que não houvesse condições de competitividade, e a sua substituição, a preços menores, por similares estrangeiros, diminuindo os custos dos seus consumidores. A lógica desta proposta é, em parte, discutível, como visto a seguir.

Um grande conjunto de setores não é alcançado por estas medidas, uma vez que os seus produtos não participam do comércio internacional. Os demais, mesmo se relativamente modernos, podem não ter boas condições de se confrontar com concorrentes estrangeiros, caso a sua competitividade dependa, em parte, dos setores não atingidos. De fato, a competitividade não se define apenas ao nível da firma, dependendo, também, da infraestrutura econômica e tecnológica e dos demais setores industriais.

Assim, a igualdade de condições, preconizada por este modelo de concorrência internacional, dificilmente poderia incluir o Brasil, uma vez que os problemas de infraestrutura são particularmente sérios neste momento. As deficiências em telecomunicações e a existência de projeções de escassez de energia elétrica são exemplos da situação atual.

Por último, cabe lembrar a frequência com que ocorrem, no comércio exterior, situações em que as vantagens dos exportadores advêm do seu interesse em exportar custos variáveis, tentativas de dumping ou apoio dos seus governos.

Os argumentos apontados são válidos para um nível de proteção relativamente baixo. No caso do CT, que pode ser generalizado, as tarifas e demais barreiras parecem se situar em outro extremo, no qual a proteção é excessiva. As evidências disponíveis são tanto os preços cobrados e a reduzida participação das importações no consumo intermediário e final como as estimativas existentes de proteção tarifária - ver Braga (1989).

Portanto, existe uma margem de proteção que pode ser eliminada sem que se altere a situação atual. A sua extinção é uma pressuposição necessária para a preocupação, aqui exposta, com os possíveis efeitos negativos de uma aplicação, ainda mais intensa, deste instrumento.

Entretanto, dificilmente uma proposta de política industrial atinge de forma igualmente eficaz todos os setores. É preciso distinguir em que casos a proposta de pressionar através da queda das tarifas pode obter resultados melhores e em que casos o efeito pode ser até o inverso. Para efeitos comparativos, convém separar os setores mais próximos do final das cadeias produtivas dos que se situam mais perto das bases.

A abertura ao exterior dos setores do primeiro grupo mencionado não parece ser uma medida eficiente. Ao substituir um produto nacional por um estrangeiro, também são substituídos os insumos incor-

porados, que são, por sua vez, os produtos das bases das cadeias. A longo prazo, esta prática retira as perspectivas dos setores de base, que, supõem-se, constituem o motivo pelo qual estes setores iriam investir para produzir em uma situação de menor proteção.

Muitas indústrias, no final das cadeias, são competitivas - calçados, confecções, etc. - e um aumento das importações iria prejudicar, proporcionalmente mais, as empresas menores. Para as indústrias no final das cadeias e para os setores cujos bens não participam do comércio internacional, entre os quais os de serviços, a outra política, de aumento de salários, é mais eficaz.

Maiores salários não interferem muito, de forma direta, na competitividade dos setores de base, onde eles pesam pouco na folha de custos. Nos setores que produzem bens finais, os maiores salários implicam em consumo maior, ampliando a atividade industrial e o emprego e favorecendo toda a economia. É uma vantagem sobre a queda das tarifas, uma vez que, nesta outra opção, as importações diminuiriam as compras à indústria. Resta ver de que modo o aumento de salários pressiona, nas indústrias finais, por uma maior modernização.

Nos setores no final das cadeias e nos serviços, ao contrário do que ocorre na base, a participação do trabalho é grande. O aumento dos salários amplia as diferenças entre as empresas, pressionando, proporcionalmente mais, as empresas ineficientes. Portanto, o efeito desejado, de renovação dos equipamentos, será bem maior - este ponto é sugerido, por exemplo, no interessante modelo de Versiani (1971) e (1972). A discussão completa dos trabalhos deste autor, entretanto, requer um espaço não disponível aqui.

Tendo analisado os setores situados próximos ao final, das cadeias produtivas, cabe voltar a atenção para as indústrias mais atrás, os insumos de base em geral, como a petroquímica e seus derivados, metalurgia, siderurgia, papel e celulose e alguns materiais de construção, como cimento, vidro, etc., para os quais a redução de tarifas se adequa melhor. Uma redução das margens e dos preços relativos destes setores seriam extremamente benéficos para o resto da economia porque os seus efeitos repercutiriam cadeia produtiva abaixo.

Por último, cabe observar que os efeitos de uma ampliação das importações, nestes setores, não seria tão problemática, porque eles estão no início das cadeias produtivas, consumindo, relativamente menos, outros produtos industriais. A sua importância, neste aspecto, advém das suas compras de bens de capital, que devem aumentar, se eles investirem para enfrentar o novo ambiente competitivo.

#### X BIBLIOGRAFIA

- ABEP (1987) SUGESTÕES AO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1990, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, mimeo, Brasília, 1987.
- ALMEIDA E ORTEGA FINANCIAMENTO E DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NO BRASIL IEI/UFRJ, Texto para Discussão n. 112, 1987
- BNDES (1986) PROPOSTA DE POLÍTICA PARA APOIO A MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR TEXTIL, Texto para discussão n.1, 1986.
- BONELLI, R. e GUIMARÃES, E.A. POLÍTICA ECONÔMICA E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL: PERSPECTIVAS, mimeo, 1988.

BRAGA (1989), H.C., SANTIAGO, G.M.C. E FERRO, L.C.M. ESTRUTURA DA PROTEÇÃO EFETIVA NO BRASIL: 1985- Pesquisa e Planejamento Econômico, v.18, n.3, (1988)

ERBER, F. S., GUIMARAES, E.A.A. E ARAUJO Jr., J.T. A POLITICA TECNOLÓGICA DA SEGUNDA METADE DOS ANOS OITENTA, IEI/UFRJ, Texto para discussão n. 66, 1984.

ERBER, F. S. POLITICA INDUSTRIAL NO BRASIL - UM QUADRO ANALITICO E ALGUMAS PROPOSTAS, IEI/UFRJ Texto para Discussão n. 136, 1987.

FARIA, M. ANALISE DO DESEMPENHO ESTRUTURAL E FINANCEIRO DA INDUSTRIA TEXTIL BRASILEIRA, IEI/UFRJ, mimeo, 1988.

HAGUENAUER ET ALLI COMPLEXOS INDUSTRIAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA, Texto para Discussão n. 84, IEI/UFRJ, 1984.

HOFFMAN, K. CLOTHING, CHIPS AND COMPETITIVE ADVANTAGE: THE IMPACT OF MICROELETRONICS ON TRADE AND PRODUCTION IN THE GARMENT INDUSTRY, World Development, Vol. 13, N 3, Pergamon Press Ltd., Londres 1985.

IFT, ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLOGIA - SETOR TEXTIL, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, agosto 1988.

PROCHNIK, V. E LISBOA, M.B. PERSPECTIVAS PARA O COMPLEXO TEXTIL, mimeo, IEI/UFRJ, 1989

MODIANO, E. TERCEIRO CHOQUE X PRIMEIRO PACTO, MIMEO, 1988.

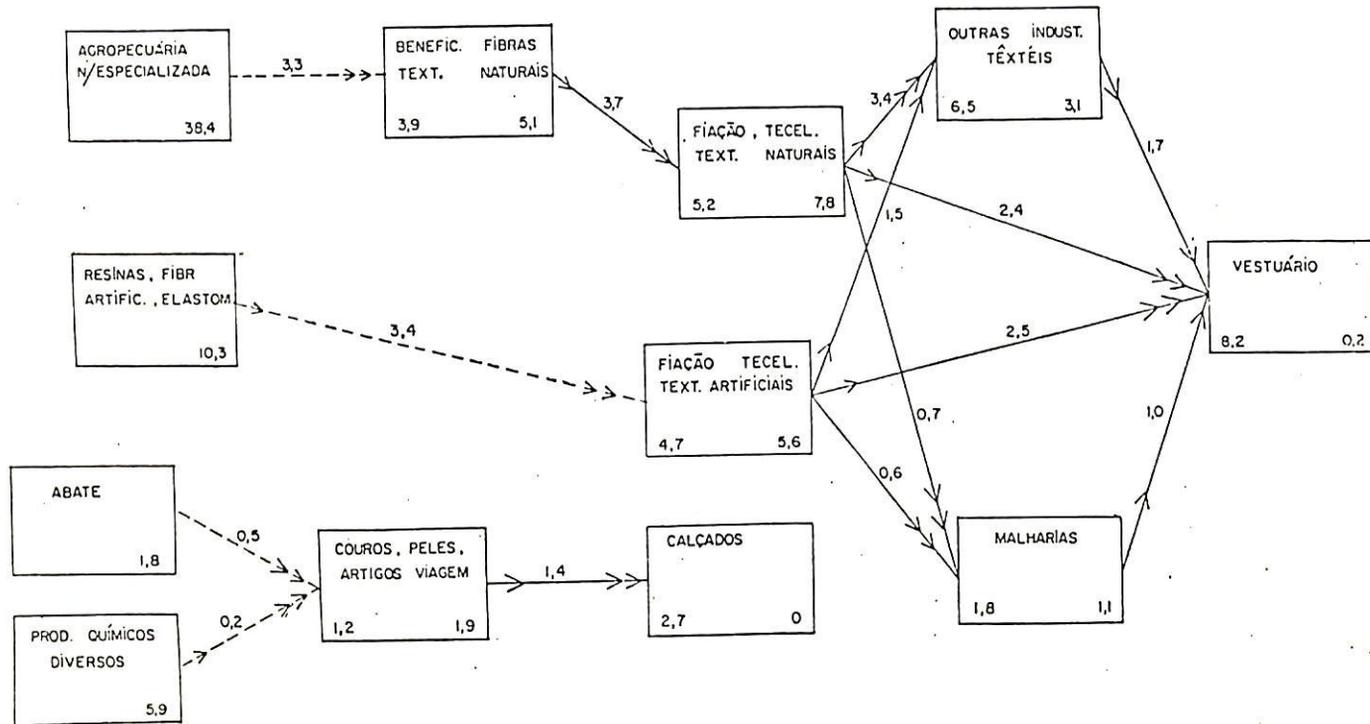
PROCHNIK (1989) PROGRAMAS REGIONAIS PARA MODERNIZAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA EM INDUSTRIAS TRADICIONAIS, Texto para Discussão n. 199, IEI/UFRJ, 1989.

TAUILLE, J.R. NOTAS SOBRE TECNOLOGIA, TRABALHO E COMPETITIVIDADE NO BRASIL, Texto para Discussão n. 160, IEI/UFRJ, 1989.

VERSIANI, F.R. - TECHNICAL CHANGE, EQUIPMENT REPLACEMENT AND LABOR ABSORPTION: THE CASE OF THE BRAZILIAN TEXTILE INDUSTRY - Tese de Doutorado apresentada a Universidade de Vanderbilt, 1971.

VERSIANI, F.R. - INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREGO: O PROBLEMA DA REPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 2, N. 1, junho de 1972.

GRÁFICO 1



TÊXTEL

	Nº de páginas
183. TAUILLE, José Ricardo. <u>Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183).	47
184. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. <u>Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184)	65
185. FERRAZ, João Carlos. <u>A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185).	34
186. TIGRE, Paulo Bastos. <u>How Does Latin America Fit Into High Technology?</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186)	16
187. RUSH, Howard J. <u>Manufacturing Strategies and Government Policies</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187)	19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. <u>Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188)	43
189. PENA, Maria Valéria Junho. <u>O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189)	49
190. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A Política Econômica do Autoritarismo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190)	15
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191)	48
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. <u>O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192)	43

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chami. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chami. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 93
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43
201. FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201) 59
202. MEDICI, André Cezar. Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202) 64
203. MELO, Luís Martins de. O programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional - PADTEN - (1973 - 1988). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 203) 34
204. SALGADO, Lucia Helena. As propostas de coordenação monetária internacional de Keynes; a institucionalidade ausente de uma economia monetária de produção. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 204) 50

205. LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 205) 58
206. FIGUEIREDO, José Bernardo. Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 206) 72
207. MEDEIROS, Carlos. Reestruturação industrial e conflito distributivo na economia italiana. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 207) 42
208. BATISTA, Jorge Chami e PAULA, Germano Mendes de. Avaliação e perspectivas tecnológicas das empresas estatais produtivas: o caso do setor siderúrgico. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 208) 67
209. FIORI, José Luís. Para uma crítica da teoria do Estado Latinoamericano. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 209) 61
210. PROENÇA, Adriano e CAULLIRALUX, Heitor Mansur. Desintegração integrada: um novo padrão de organização da produção ? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 210) 38
211. HAGUENAUER, Lia. Competitividade: Conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 211) 38
212. CARVALHO, Fernando J. Cardim de.. Keynes and the long period. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 212). 27
213. BURLAMAQUI, Leonardo. História, Política e Organização do Capitalismo em Keynes. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 213). 59
214. PAIVA, Vanilda. Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão da Bibliografia Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 214). 74
215. FIORI, José Luis. Ética e política: uma nota apressada. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 215). 14
216. FAVERET FILHO, Paulo e OLIVEIRA, Pedro Jorge de. A Universalização excludente (Reflexões sobre as tendências do sistema de saúde). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 216). 47

Nº de  
páginas

217. PROCHNIK, Victor e LISBOA, Marcos de Barros. Política Industrial para Setores Tradicionais: O Caso do Complexo Textil Brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 217).

31

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA		
19/9/90		
05/10/90		
14/11/90		
08/12/91		
11/2/92		
01/3/92		
26/12/92		
6/8/93		
29/04/94		

ESTE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA

SB-002-00

Autor

PROCHNIK, VICTOR.

POLITICA INDUSTRIAL PARA SETORES  
TRADICIONAIS : O CASO DO COMPLE  
XO TEXTIL BRASILEIRO.

N.º Chamada S UFRJ/IEI TD217

N.º Registro D34056-1 FEA

FEA-UFRJ

BOLSO/LIVRO

Efetue a devolução na data prevista, para benefício de todos os usuários.

Obs.: O prazo de empréstimo poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.